

61 PARTICIPAÇÃO OU FORMALISMO? O IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO

Davi Oliveira Costa
Discente da Faculdade de Direito da UFJF

Henrique Detoni Leão
Discente da Faculdade de Direito da UFJF

Luciana Gaspar Melquíades Duarte
Mestre e doutora em Direito Público pela UFMG Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFJF

Márcio Antônio Deotti Ibrahim Júnior
Discente da Faculdade de Direito da UFJF

Renato Rodrigues César Cabral
Discente da Faculdade de Direito da UFJF

Yuran Quintão Castro
Discente da Faculdade de Direito da UFJF

Palavras-chave: Audiências Públicas. Supremo Tribunal Federal. Participação. Formalismo.

Ao processo de configuração de um papel de maior protagonismo do Judiciário, como realizador de direitos sociais e humanos, devido à atuação estatal não-satisfatória na prestação de direitos fundamentais, seguiram-se edições de novas formas de participação democrática dentro dos tribunais. Como consequência à nova atuação judicial na promoção da cidadania, foi necessário garantir à sociedade um campo de participação no Judiciário na formação das decisões, inclusive para solucionar uma questão de legitimidade, de feita que os atores jurisdicionais não foram democraticamente eleitos para desempenhar a nova função apresentada.

Dentre as novas formas de participação, a Lei 9868, de 10 de novembro de 1999, instituiu a possibilidade de realização de audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a fim de que, havendo insuficiência de informações ou necessidade de esclarecimento da matéria ou dos fatos tratados, pessoas com experiência e conhecimento sejam ouvidas; um mecanismo de grande utilidade e potencial participativo em casos complexos. Por constituir uma via de participação da sociedade no órgão de cúpula do Poder Judiciário, o instituto das audiências públicas se reveste de uma roupagem pretensamente democrática e legitimadora do controle constitucional feita pelo STF.

Contudo, a possibilidade de participação em uma audiência pública no âmbito do STF enfrenta diversos obstáculos, que colocam em questionamento o caráter participativo, legítimo e democrático do instituto. Dentre os esforços e exigências que a participação demanda, são exemplos consideráveis, dentre outros, a ciência a respeito da realização da audiência, a condição de *expert* ou especialista para manifestação, os custos de uma viagem até Brasília, o uso de trajes adequados para entrar no STF eo número limitado de vagas para participar e assistir a audiência.

Os problemas mencionados constituem embaraços no acesso à participação. Existemais uma ordem de falhas acerca da realização das audiências públicas, que é a dinâmica adotada no seu desenvolver. Os participantes são divididos de acordo com o conteúdo de suas teses, quais sejam, similares ou contrárias ao que se debate, reproduzindo a dinâmica processual tradicional. Não é aproveitada a oportunidade de criar um debate amplo, comdiversas linhas argumentativas distintas.

Ainda, não obstante os defeitos já apresentados, o cerne da questão acerca das audiências públicas, a hipótese principal que se pretende ver confirmada, reside na efetividade e no impacto dos argumentos produzidos em debate na elaboração do voto dos ministros. Ou seja, se e como os ministros fazem uso dos argumentos e informações produzidas no debate da audiência pública para formar seu entendimento e manifestá-lo em seu voto. O que se tem observado é que, por muitas vezes, os ministros não comparecem à audiência, sequer para conferir solenidade e autoridade aos trabalhos. Quando comparecem,permanecem por pouco tempo.

Mais especificamente sobre os reflexos da audiência nos votos dos ministros, uma boa parte deles sequer menciona os argumentos proferidos em audiência, o que não é estranho num contexto de baixo comparecimento. Ainda, quando os argumentos produzidos nas audiências aparecem nos votos, são no sentido de reforçar, corroborar ou explicar a posição do ministro, aparentemente em uma decisão já tomada, embasando uma concepção já existente. As demais considerações não são confrontadas, os ministros não tem o cuidado de explicar sua discordância ou seus motivos em não se filiar às outras posições.

A conjuntura apresentada dá a entender que não existe um processo de livre convencimento ou persuasão racional dos ministros do Supremo através do debate realizado na audiência pública. Todo o esforço demandado em convocar especialistas, organizar discussões e confrontar teses levando ao STF posições (pretensamente) representativas da opinião pública, é esvaziado na medida em que os argumentos produzidos não geram impactos, constituindo uma falsa participação, conferindo ao instituto um aspecto de formalismo e legitimidade aos quais ele não faz jus.

O trabalho proposto, para que atinja os fins pretendidos, adotará como estratégia de estudos a leitura crítica dos argumentos produzidos nas audiências públicas e dos votos proferidos pelos

ministros do Supremo Tribunal Federal, nos casos relacionados às respectivas audiências. O confronto entre os argumentos frutificados nas audiências e os votos proclamados pelos ministros permitirá a aferição do impacto e da utilidade do que foi discutido na audiência para fins de decisão. Permitirá também identificar a natureza dos argumentos levantados pelos ministros quando estes se referem às audiências públicas, se de fato discutem as posições apresentadas ou se meramente optam por levantar a posição que melhor se enquadra em seu entendimento já existente.

Ademais, também será adotada uma estratégia de releitura e fichamento de obras clássicas e consagradas aplicáveis no presente estudo, bem como a confrontação de artigos contemporâneos, de modo a qualificar e ampliar o espectro crítico de análise dos problemas de acesso da sociedade à participação nas audiências e do impacto dos argumentos proferidos em audiência nos votos dos ministros. O estudo de pensamentos relevantes e artigos contemporâneos possibilitará que o estudo seja abalizado em discussões atuais, adequadas e pertinentes.

O estudo da legislação concernente, principalmente da Constituição Federal, da Lei 9868 e do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal possibilitará o encontro de medidas que combatam a ineficácia das audiências e a formulação de propostas de solução compatíveis com o ordenamento jurídico brasileiro.

Por derradeiro, o estudo objetiva a descoberta e proposição de medidas que possibilitem a ampliação da participação da sociedade no âmbito das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal, bem como mecanismos que garantam maior efetividade e influência dos argumentos produzidos pelos participantes.